



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

BOLETIM DE CONJUNTURA

DO RIO GRANDE DO SUL

V. 8 N. 1

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Gabriel Vieira de Souza

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretária: Danielle Calazans

Secretário Adjunto: Felipe Moreira Cruzeiro

Subsecretária de Planejamento: Carolina Mór Scarparo

Subsecretário Adjunto: Alessandro Castilhos Martins

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Diretor: Tomás Pinheiro Fiori

Diretor Adjunto: Pedro Tonon Zuanazzi

Divisão de Análise Econômica: Martinho Roberto Lazzari

BOLETIM DE CONJUNTURA DO RIO GRANDE DO SUL

V. 8, N. 1, abril 2026

Porto Alegre, RS

Bol. Conj. RS	Porto Alegre	v. 8	n. 1	p. 1-23	abr. 2026
---------------	--------------	------	------	---------	-----------

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

<https://dee.rs.gov.br/boletim-conjuntura>

Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG)

Av. Borges de Medeiros, 1501 - 20.º andar

Porto Alegre - RS - 90119-900

Fone: (51) 3288-1196

E-mail: dee@planejamento.rs.gov.br

Homepage: <https://dee.rs.gov.br/inicial>

Diretor: Tomás Pinheiro Fiori

Chefe da Divisão de Análise Econômica: Martinho Roberto Lazzari

Equipe técnica: Bruno Paim, Liderau dos Santos Marques Junior, Luciane Franke e Martinho Roberto Lazzari

Revisão de língua portuguesa: Susana Kerschner

Projeto gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

É permitida a reprodução desta publicação e dos dados nela contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Boletim de conjuntura do Rio Grande do Sul / Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, Departamento de Economia e Estatística – V. 1, n. 1, (2019)- . – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2019- .
v. : il.

Trimestral.

1. Condições econômicas. 2. Economia Internacional. 3. Economia – Brasil. 4. Economia – Rio Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 338.1

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer – CRB 10/2016

Publicação periódica trimestral que apresenta uma análise detalhada do desempenho da economia gaúcha no contexto dos mercados nacional e internacional.

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
1 CENÁRIO EXTERNO	5
2 CENÁRIO INTERNO — BRASIL	8
2.1 ATIVIDADE ECONÔMICA	8
2.2 MERCADO DE TRABALHO	10
2.3 INFLAÇÃO, JUROS E CONTAS PÚBLICAS	11
2.4 EXPECTATIVAS DE INFLAÇÃO E CRESCIMENTO	13
3 CENÁRIO INTERNO — RS	13
3.1 ATIVIDADE ECONÔMICA	13
3.2 SETOR EXTERNO	16
3.3 MERCADO DE TRABALHO	17
3.4 ARRECADAÇÃO DE ICMS	18
3.5 PERSPECTIVAS	18
PRINCIPAIS INDICADORES MENSAIS	19
BOX	20
REFERÊNCIAS	21

SUMÁRIO EXECUTIVO

No último trimestre de 2025, as principais economias do mundo apresentaram relativa estabilidade no crescimento, com exceção dos Estados Unidos, onde houve desaceleração mais acentuada, refletindo menor consumo privado, redução dos gastos públicos — agravada pelo *shutdown* — e contribuição negativa das exportações líquidas. Na Área do Euro, o crescimento foi modesto, sustentado principalmente pelo consumo das famílias, enquanto variação de estoques e comércio exterior pesaram negativamente. A China manteve ritmo consistente de expansão, impulsionada pelo consumo, embora com perda de representatividade de estímulos recentes e maior importância do comércio com o restante da Ásia. Já a Argentina repetiu crescimento moderado, com desempenho preponderantemente negativo dos setores industriais. Paralelamente, a incerteza global permaneceu elevada, apesar de alguma redução, em meio a tensões geopolíticas. Por fim, o aumento expressivo nos preços do petróleo, influenciado por conflitos no Oriente Médio, elevou a volatilidade e reforçou riscos inflacionários e de desaceleração econômica em 2026.

Na economia brasileira, os dados mais recentes indicam a continuidade do processo de desaceleração da atividade no fim de 2025 e no início de 2026. No quarto trimestre de 2025, o Produto Interno Bruto cresceu 0,1% em relação ao trimestre anterior, com perda de dinamismo do consumo das famílias e recuo da Formação Bruta de Capital Fixo na margem, embora o resultado agregado ainda tenha contado com a contribuição positiva das exportações e do consumo do governo. No acumulado de 2025, a economia cresceu 2,3%, com destaque para a agropecuária, enquanto serviços e indústria apresentaram expansão mais moderada. Os indicadores mensais corroboram esse quadro: o comércio varejista ampliado mostrou leve avanço, os serviços permaneceram em patamar elevado, e a indústria de transformação seguiu como o principal foco de fragilidade, com retração recente. No mercado de trabalho, apesar da elevação da taxa de desocupação na margem, mantiveram-se o crescimento interanual da ocupação, a expansão do rendimento médio real e a geração positiva de empregos formais em 12 meses. Em conjunto, esse cenário sugere uma economia ainda resiliente, mas com crescimento menos disseminado entre os setores e sinais mais evidentes de enfraquecimento do dinamismo interno.

No Rio Grande do Sul, o PIB cresceu 0,4% no quarto trimestre de 2025, registrando o segundo resul-

tado positivo consecutivo. No acumulado do ano, a economia gaúcha avançou 0,9%, refletindo a retração de 6,8% na agropecuária e os crescimentos de 1,7% na indústria e nos serviços. No início de 2026, os dados mensais indicaram queda na indústria, no comércio e nos serviços no primeiro bimestre.

Na agricultura, a previsão inicial de supersafra de verão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foi revisada para baixo, com redução na estimativa de produção de soja. Ainda assim, a produção em 2026 deve ser significativamente superior à de 2025, gerando impacto positivo da agropecuária sobre o crescimento econômico no ano. Entre janeiro e abril, os preços médios dos principais grãos produzidos no estado ficaram abaixo dos observados no mesmo período de 2025.

As exportações gaúchas somaram US\$ 4,384 bilhões no primeiro trimestre de 2026, uma queda de 7,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Houve recuo nas vendas de produtos, tanto agropecuários quanto industriais. Entre os principais destinos, aumentaram os embarques para a União Europeia, enquanto China, Estados Unidos e Argentina reduziram suas compras.

No mercado de trabalho, os principais indicadores apontaram estabilidade no quarto trimestre de 2025. A principal exceção foi a taxa de desocupação, que caiu para 3,7%, redução de 0,8 ponto percentual em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Nessa mesma base de comparação, o rendimento médio real habitual e a massa de rendimentos permaneceram estáveis — ambos, porém, em níveis elevados. No mercado formal, o estado registrou a criação de 4.733 postos de trabalho no trimestre encerrado em fevereiro de 2026 e de 29.742 vagas nos últimos 12 meses.

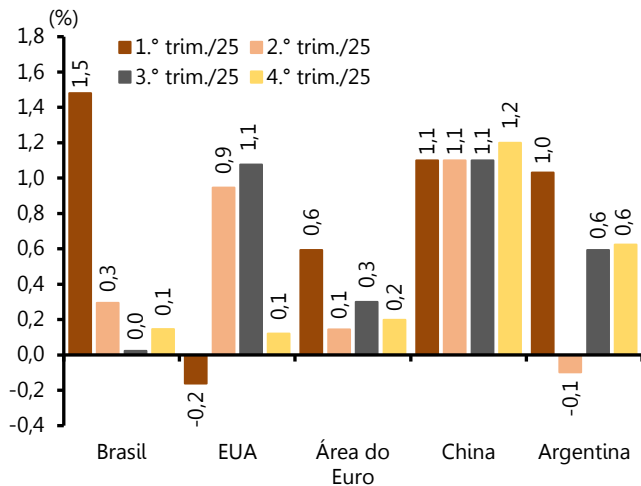
A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no Rio Grande do Sul totalizou R\$ 13,168 bilhões no primeiro trimestre de 2026, valor 2,1% inferior, em termos reais, ao observado no mesmo período de 2025. As maiores quedas ocorreram na agropecuária (-23,5%), na indústria de transformação (-6,6%) e no comércio (-0,7%), acompanhando o desempenho da produção industrial e das vendas do comércio.

Em relação ao último número deste boletim, as perspectivas para a economia gaúcha foram parcialmente revisadas. Na agropecuária, projeta-se uma boa colheita no primeiro semestre, embora inferior à estimada no início do ano. Para a indústria e o comércio, os dados iniciais de 2026 são negativos e apontam um período desafiador para essas atividades.

1 CENÁRIO EXTERNO

No último trimestre de 2025, registrou-se certa estabilidade nas taxas de crescimento dos países acompanhados, exceto nos EUA, onde se observou uma desaceleração mais significativa (**Gráfico 1.1**).

Gráfico 1.1 - Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) trimestral de economias selecionadas — 1.º trim./2025-4.º trim./2025



Fonte: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2026b).

Nota: Taxas em relação ao trimestre anterior. Séries com ajuste sazonal.

O avanço de 0,1% no Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos, no último trimestre de 2025, refletiu a desaceleração do consumo privado e a redução nos gastos do governo federal, não somente em defesa. As exportações líquidas contribuíram negativamente para o PIB do trimestre, com a queda das exportações sendo parcialmente compensada pela retração das importações. O investimento apresentou crescimento na margem, principalmente nos componentes de equipamentos e propriedade intelectual (Federal Reserve Bank of St. Louis, 2026a). O quarto trimestre também refletiu os efeitos da maior paralisação da história do governo federal (*shutdown*): os gastos do governo contribuíram negativamente com quase 1 ponto percentual (p.p.), com destaque para a redução nos gastos que desconsideram a defesa, cuja taxa foi de -11% no último trimestre, em comparação ao mesmo período do ano anterior, variação sem paralelo na história recente (Federal Reserve Bank of St. Louis, 2026b).

Na Área do Euro, houve avanço de 0,2% no último trimestre de 2025. O consumo das famílias contribuiu com 0,2 p.p., enquanto a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e os gastos do governo contribuíram com 0,1 p.p. cada. A variação dos estoques e as exportações

líquidas contribuíram negativamente, de forma conjunta, com 0,2 p.p. para a variação do trimestre. Entre as principais economias da região, ordenadas por participação no PIB, o crescimento do último trimestre de 2025, em relação ao imediatamente anterior (com ajuste sazonal), foi de 0,3% na Alemanha, 0,2% na França, 0,3% na Itália e 0,8% na Espanha (OECD, 2026b). Dos 20 países que compõem o grupo, apenas Estônia, Luxemburgo e Irlanda apresentaram variação negativa no período (Eurostat, 2026).

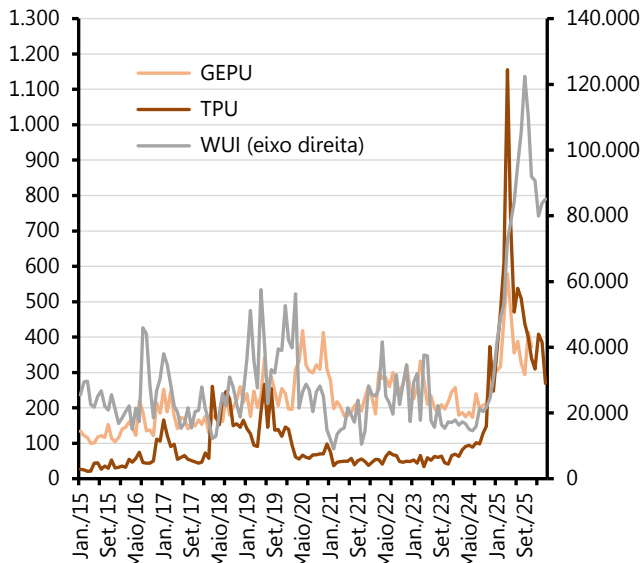
A China apresentou aumento de 1,2% no quarto trimestre de 2025, completando oito trimestres seguidos de crescimento entre 1% e 1,6%. O consumo privado segue sendo o principal componente que contribui para o crescimento do PIB no país, seguido das exportações líquidas. No entanto, a participação dos produtos que receberam incentivo do governo nos últimos dois anos perdeu força no último semestre. Assim, apesar de terem desempenhado um papel importante durante período em que os reflexos da disputa tarifária com os EUA apareciam na economia chinesa, passado o momento mais crítico, as políticas perderam efeito (World Bank, 2026a). Quanto às repercussões da disputa tarifária, o déficit comercial em bens e serviços dos EUA com a China diminuiu nos três últimos trimestres de 2025, consolidando uma redução de cerca de 30% no ano. Ou seja, mesmo com a formação de estoques prévios aos anúncios de elevação tarifária, o efeito líquido no ano foi representativo para o comércio entre os países (BEA, 2026).

A Argentina repetiu o crescimento de 0,6% no último trimestre do ano, em relação ao período imediatamente anterior. No último trimestre, o consumo privado e as exportações líquidas contribuíram positivamente, enquanto o consumo público e a FBCF contribuíram negativamente para o crescimento na margem (INDEC, 2026a). A utilização da capacidade instalada da indústria (UCI) manufatureira do país voltou a apresentar redução, registrando 54,6% em fevereiro. Chama atenção que a média da indústria acomoda diferenças relevantes entre os setores: enquanto o setor de refino de petróleo apresentou nível de 88,9%, a indústria automobilística ficou em 38,9%, e a metalmeccânica, excetuando automóveis, em 33,9% (INDEC, 2026b).

Após atingirem seu pico no mês de abril e setembro de 2025, os índices que captam a incerteza na economia mundial reduziram seus níveis, embora se mantenham acima do observado nos anos recentes (**Gráfico 1.2**). O índice de incerteza mais amplo (WUI) apresen-

tou elevação posterior e, mesmo após redução nas últimas duas observações, referentes a novembro e dezembro, permaneceu alto para os padrões históricos. As tensões geopolíticas têm apresentado volatilidade diária que a periodização mensal não permite capturar, com possibilidade de arranjos que vão desde o cessar-fogo até a escalada dos conflitos.

Gráfico 1.2 - Índices de incerteza mundial (WUI), de política comercial (TPU) e de política econômica (GEPU) — jan./2015-mar./2026



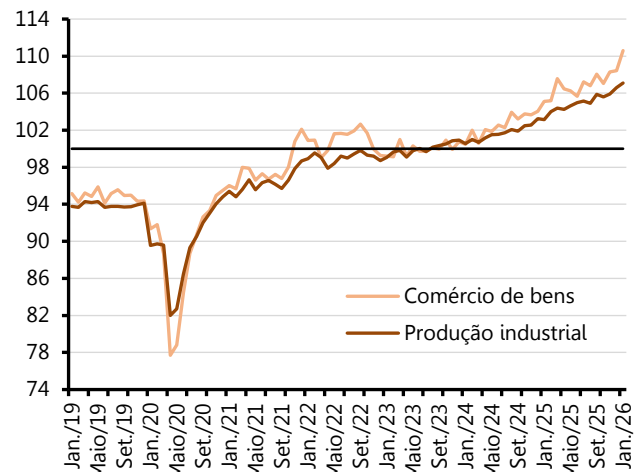
Fonte: Ahir, Bloom, Furceri (2022).
Davis (2016).
Caldara et al. (2020).

Nota: O *world uncertainty index* (WUI) leva em consideração a frequência de termos relativos à incerteza em relatórios econômicos de 143 países. O *global economic policy uncertainty* (GEPU) reflete a frequência de artigos de jornais que contêm um trio de termos relativos à "economia", à "política" e à "incerteza" e é uma média ponderada pelo Produto Interno Bruto (PIB) de 21 economias que representam cerca de 71% do PIB global em paridade de poder de compra (PPP) e cerca de 80% em taxas de câmbio. Já o *trade policy uncertainty* (TPU) é calculado pela contagem da frequência mensal de artigos que discutem a incerteza da política comercial (como uma parcela do número total de artigos de notícias) em sete jornais. O índice é dimensionado de forma que 100 indique que 1% das novas notícias contêm referência ao indicador.

Ao longo de 2025, manteve-se a distância entre os índices de comércio de bens e os de produção industrial, com maior afastamento concentrando-se no primeiro trimestre do ano, devido à expectativa de elevação das tarifas no comércio exterior. (Gráfico 1.3). Distância semelhante voltou a se repetir no primeiro mês de 2026. Comparando o crescimento anual acumulado nos últimos três meses, a variação do comércio foi de 4,6%, contra um aumento de 3,5% da produção industrial. Analisando o mesmo indicador em nível regional, percebe-se uma elevação do comércio entre os países asiáticos. Além disso, enquanto o ano de 2025 apresentou uma redução do comércio da China com os Estados

Unidos, paralelamente houve um aumento pronunciado das transações de ambos com outros países da região asiática. Assim, parte do comércio entre China e Estados Unidos parece ter-se deslocado para outros países vizinhos ao asiático, acelerando um processo que já se observava de aumento do comércio intrarregional na Ásia, de bens tanto intermediários como finais (World Bank, 2026a).

Gráfico 1.3 - Índices globais de produção industrial e de comércio de bens — jan./2019-jan./2026

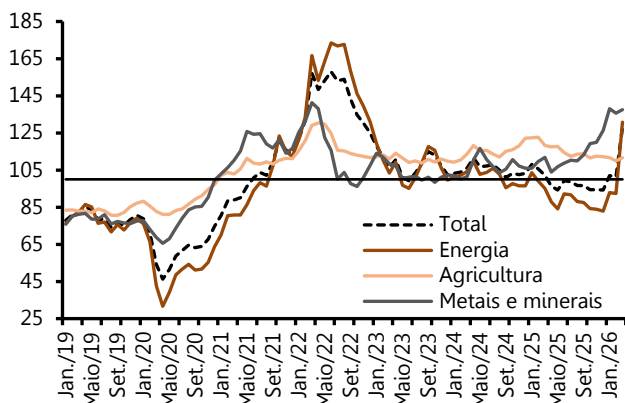


Fonte: CPB Netherlands Bureau for Economic Policy Analysis (2026).
Nota: 1. Os índices têm como base o ano de 2023.
2. A produção industrial exclui a construção.

No mercado de *commodities*, os reflexos do conflito recente no Oriente Médio são percebidos de forma clara. (Gráfico 1.4). Ao longo de 2025, os preços do grupo de energia apresentavam redução que contribuía para a queda do índice total, a despeito da elevação no grupo de metais e minerais. No entanto, o movimento de queda nos preços da energia foi revertido em janeiro deste ano, registrando um salto em março, com elevação de quase 40% ante o mesmo mês do ano anterior. Dessa forma, o índice geral de preços de *commodities*, em março, já era 25,4% superior ao do ano anterior, alcançando patamares observados ainda quando do processo de arrefecimento das consequências da pandemia de COVID-19, em 2022. Já os preços do grupo agricultura também começaram a reproduzir as condições adversas do comércio internacional, com reflexos da elevação de custos provocada pela alta concentração de produtos advindos do petróleo no processo de produção. A elevação no grupo de agricultura só não foi mais aparente porque os preços do subgrupo de bebidas retornaram a patamares menores, após atingirem pico da série histórica no início de 2025. Ressalta-se que essa elevação dos preços de energia representa uma reversão sobre as projeções para 2026,

que indicavam uma continuidade na queda dos preços do grupo, refletida também no índice geral.

Gráfico 1.4 - Índices de preço de grupos de commodities — jan./2019-mar./2026



Fonte: Banco Mundial (World Bank, 2026c).
Nota: Os índices (US\$ nominal) têm como base o ano de 2010.

De qualquer modo, é necessário ressaltar a altíssima volatilidade dos preços do petróleo quando a causa da elevação decorre de um tensionamento geopolítico. Exemplificando: ao longo de um único dia, 9 de março, o preço da commodity chegou a variar 42%, de US\$ 83,9 para US\$ 119,4 por barril, embora, no fechamento do dia, tenha registrado aumento de 0,6% (Gráfico 1.5). A reabertura do Estreito de Ormuz, local que concentra parcela relevante do tráfego internacional da mercadoria, anunciada em 17 de abril acarretou uma redução de 7,9% nos preços em um dia. Tamaña volatilidade sobre os preços de um produto tão significativo para a economia mundial resulta em maior incerteza sobre os diversos indicadores apresentados a seguir.

Gráfico 1.5 - Preços diários do petróleo tipo Brent — 02/01/2026-21/04/2026



Fonte: Yahoo Finance (2026).
Nota: 1. O gráfico indica os valores diários de preços máximo e mínimo e de abertura e fechamento para Brent Crude Oil em US\$/barril.
2. As barras verdes indicam alta na cotação diária, e as vermelhas, queda.

Após fechar 2025 com um crescimento semelhante ao do ano anterior, mostrando resiliência diante dos acontecimentos que elevaram a incerteza a níveis ainda não observados, as projeções para crescimento mundial apontam uma desaceleração em 2026. O ano de 2025 encerrou com crescimento de 3,4%. Para 2026, o Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta taxa de 3,1%, já com uma redução de 0,2 p.p. em relação à projeção divulgada em janeiro deste ano (Tabela 1.1).

Tabela 1.1 - Projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de economias selecionadas e outros indicadores — 2025, 2026 e 2027 e comparação com projeção de jan./2026

DISCRIMINAÇÃO	2025	2026		2027	
		Abr./26	Diferença para Jan./26	Abr./26	Diferença para Jan./26
PIB mundial	3,4	3,1	-0,2	3,2	0,0
Economias avançadas ...	1,9	1,8	0,0	1,7	0,0
Estados Unidos	2,1	2,3	-0,1	2,1	0,1
Área do Euro	1,4	1,1	-0,2	1,2	-0,2
Japão	1,2	0,7	0,0	0,6	0,0
Reino Unido	1,3	0,8	-0,5	1,3	-0,2
Canadá	1,7	1,5	-0,1	1,9	0,0
Economias emergentes	4,4	3,9	-0,3	4,2	0,1
Brasil	2,3	1,9	0,3	2,0	-0,3
China	5,0	4,4	-0,1	4,0	0,0
Índia	7,6	6,5	0,1	6,5	0,1
Rússia	1,0	1,1	0,3	1,1	0,1
Comércio de bens e serviços	5,1	2,8	0,2	3,8	0,7
Importações					
Economias avançadas ...	4,7	2,6	0,8	3,1	0,8
Economias emergentes	5,7	2,7	-0,9	4,9	0,4
Exportações					
Economias avançadas ...	3,7	2,5	0,4	2,7	0,3
Economias emergentes	7,4	3,5	-0,1	5,4	1,2
Preços de commodities (US\$)					
Energéticas	-14,4	21,4	29,9	-7,6	-7,7
Não energéticas	9,6	21,7	14,2	1,9	1,0
Preços ao consumidor ..	4,1	4,4	0,6	3,7	0,3
Economias avançadas ...	2,5	2,8	0,6	2,2	0,1
Economias emergentes	5,2	5,5	0,7	4,6	0,3

Fonte: FMI (IMF, 2026).

Entre os riscos que vinham sendo recorrentemente elencados no World Economic Outlook do FMI, o que já se fez presente no início de 2026 foi o acirramento das tensões geopolíticas. Por enquanto, entre os indicadores selecionados, o impacto maior é percebido sobre os preços: para as commodities energéticas, em janeiro de 2026, havia previsão de queda de 8,5%, número que foi atualizado, na edição de abril, para um

aumento de 21,4%; no grupo não energético, a projeção passou de uma elevação nos preços de 7,5% para 21,7% (IMF, 2026). Como consequência, as projeções dos preços ao consumidor para 2026 também foram elevadas em 0,6 p.p., resultando em inflação de 4,4% ao final do ano. Apesar de apresentar cenários diferentes, a instituição considera, como base para as projeções, que o conflito no Oriente Médio terá alcance, intensidade e duração limitados, de modo que os efeitos nos preços devem se dissipar ao longo do segundo semestre (IMF, 2026).

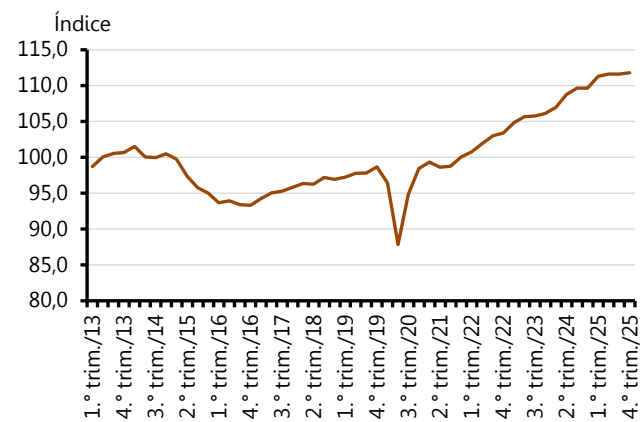
Para países emergentes da América Latina, o risco de inflação acarreta também cautela na condução da política monetária, com maior dificuldade para reduzir o diferencial de juros em relação às economias avançadas (World Bank, 2026b). Há consenso de que o potencial estagflacionário dos choques de preços na oferta energética é proporcional ao seu agravamento e à sua duração, embora seja heterogêneo entre os países. Após atravessar o ano de 2025 sob efeitos da disputa tarifária, com resultados que só não foram piores devido ao *boom* de investimentos nas atividades ligadas à Inteligência Artificial, o ano de 2026 inicia-se com a concretização de um foco de incerteza, sem que os focos anteriores se tenham dissipado.

2 CENÁRIO INTERNO — BRASIL

2.1 ATIVIDADE ECONÔMICA

No quarto trimestre de 2025, a economia brasileira apresentou crescimento de 0,1% em relação ao terceiro trimestre de 2025, considerando a série com ajuste sazonal. Com isso, observa-se uma tendência de estabilidade em relação ao segundo e ao terceiro trimestres de 2025; ainda assim, o resultado renovou o pico histórico (**Gráfico 2.1**).

**Gráfico 2.1 - Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil —
1.º trim./2013-4.º trim./2025**



Fonte dos dados brutos: Contas Nacionais Trimestrais (IBGE, 2025g).
Nota: Os índices têm como base a média de 2013 = 100.

O desempenho do PIB brasileiro tem demonstrado uma evolução contínua desde 2021, mas, como sinalizado na edição de janeiro de 2026 do **Boletim de Conjuntura do Rio Grande do Sul**, em 2025 o ritmo de crescimento desacelerou, o que é confirmado pelas variações de 0,3% no segundo trimestre, de 0% no terceiro e de 0,1% no quarto, considerando a variação ante o trimestre imediatamente anterior na série com ajuste sazonal.

Como referido, no quarto trimestre de 2025, o PIB cresceu 0,1% na margem. Na ótica da oferta, esse resultado refletiu a expansão dos serviços (0,8%) e da agropecuária (0,5%). A indústria, por sua vez, apresentou queda de 0,7% (**Tabela 2.1**).

Nos serviços, apresentaram crescimento as atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (3,3%), informação e comunicação (1,5%), outras atividades de serviços (0,7%), administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (0,4%) e atividades imobiliárias (0,2%). Em contrapartida, os serviços de transporte, armazenagem e correio recuaram 1,4%, e o comércio caiu 0,3%.

Na indústria, na comparação na margem, destaca-se a alta de 1,5% em eletricidade e gás, água, esgoto e atividades de gestão de resíduos, seguida pelas indústrias extrativas (1,1%). As indústrias de transformação registraram queda de 0,6%, e a construção, variação negativa de 2,3%.

Tabela 2.1 - Variação do Produto Interno Bruto (PIB) e de seus componentes, pelas óticas da oferta e da demanda, do Brasil — períodos selecionados

ATIVIDADES	4º TRIM/2025 3º TRIM/2025 ⁽¹⁾	4º TRIM/2025 4º TRIM/2024	2025 2024
PIB	0,1	1,8	2,3
Ótica da oferta			
Impostos	-	1,0	1,7
VAB	0,1	1,9	2,4
Agropecuária	0,5	12,1	11,7
Indústria	-0,7	0,6	1,4
Serviços	0,8	2,0	1,8
Ótica da demanda			
Consumo das famílias	0,0	1,0	1,3
Consumo do governo	1,0	3,6	2,1
Formação Bruta de Capital Fixo	-3,5	-3,1	2,9
Exportações	3,7	14,2	6,2
Importações	-1,8	-0,3	4,5

Fonte dos dados brutos: Contas Nacionais Trimestrais (IBGE, 2025g).
(1) Com ajuste sazonal.

Pelo lado da demanda, na margem, observa-se crescimento das exportações (3,7%) e do consumo do governo (1%). O consumo das famílias foi marcado pela estabilidade, enquanto a FBCF recuou 3,5%. As importações também registraram queda de 1,8%.

Entre os componentes da demanda, observa-se perda de dinamismo no consumo das famílias. Na série com ajuste sazonal, esse componente ficou estável no quarto trimestre de 2025, em relação ao trimestre imediatamente anterior, interrompendo a trajetória de crescimento observada ao longo do ano. Na comparação com o mesmo trimestre de 2024, a expansão foi de 1%, sinalizando uma desaceleração do consumo das famílias. Esse movimento é compatível, entre outros fatores, com os efeitos defasados da política monetária contracionista.

Na comparação interanual, o PIB brasileiro cresceu 1,8% no quarto trimestre de 2025. Pela ótica da oferta, o resultado foi sustentado principalmente pelo expressivo avanço da agropecuária (12,1%), além do crescimento dos serviços (2%) e da indústria (0,6%).

Pela ótica da demanda, o maior destaque foi o desempenho das exportações, que avançaram 14,2% em

relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Também houve crescimento do consumo do governo (3,6%) e do consumo das famílias (1%). Em sentido oposto, a FBCF recuou 3,1%, enquanto as importações apresentaram leve retração de 0,3%.

No ano de 2025, o PIB nacional cresceu 2,3% em relação a 2024. Pela ótica da oferta, o principal destaque foi a agropecuária, com expansão de 11,7%, refletindo o forte desempenho do setor no período. Os serviços também registraram crescimento, de 1,8%, enquanto a indústria avançou 1,4%, embora com comportamento heterogêneo entre suas atividades.

No interior da indústria, o resultado agregado foi sustentado sobretudo pelo avanço das indústrias extrativas (8,6%) e, em menor medida, da construção (0,5%). Em sentido oposto, a indústria de transformação apresentou retração de 0,2%, ao lado do segmento de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos, que recuou 0,4%. Esse quadro sugere perda de dinamismo da indústria de transformação em 2025, após a recuperação observada no ano anterior, quando registrou alta de 3,9%.

Pela ótica da demanda, o crescimento do PIB em 2025 foi acompanhado pela expansão de todos os seus principais componentes. O consumo das famílias avançou 1,3% em relação a 2024, refletindo ainda a sustentação da demanda interna, embora em ritmo mais moderado. O consumo do governo cresceu 2,1%, enquanto a FBCF apresentou elevação de 2,9%, sinalizando ampliação dos investimentos no ano. No setor externo, as exportações registraram aumento expressivo de 6,2%, ao passo que as importações cresceram 4,5%. Em conjunto, esses resultados indicam que, em 2025, a expansão da atividade econômica foi sustentada tanto pelo mercado interno quanto pelo dinamismo das transações com o exterior.

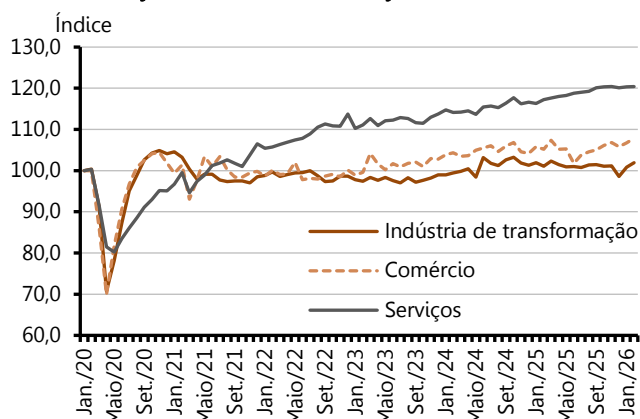
No acompanhamento dos indicadores conjunturais mensais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o comportamento do comércio varejista ampliado permaneceu relevante para a interpretação da trajetória recente da atividade econômica, especialmente no que se refere à evolução da demanda interna, tendo registrado alta de 0,8% no trimestre móvel de dezembro de 2025 a fevereiro de 2026, em relação ao trimestre imediatamente anterior (**Gráfico 2.2**).

Na mesma comparação, a atividade de serviços apresentou estabilidade. Com esse resultado, o índice de volume de serviços, em média móvel trimestral,

manteve-se no mesmo patamar observado no trimestre que compreendeu setembro a novembro de 2025, quando alcançou sua máxima histórica. Já a produção da indústria de transformação apresentou retração de 0,8% no trimestre móvel encerrado em fevereiro de 2026, em comparação ao trimestre móvel imediatamente anterior.

Na comparação interanual, o comércio varejista registrou alta de 0,7%, sustentado pelas altas nas atividades de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (13,1%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (4,8%), móveis e eletrodomésticos (4,5%), atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo (3,3%), hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (1,8%) e combustíveis e lubrificantes (0,9%). Em sentido oposto, outras atividades apresentaram retração: outros artigos de uso pessoal e doméstico (-0,7%), tecidos, vestuário e calçados (-2,1%), livros, jornais, revistas e papelaria (-3,1%), veículos, motocicletas, partes e peças (-3,3%) e material de construção (-3,7%).

Gráfico 2.2 - Produção da indústria de transformação, volume de vendas do comércio varejista ampliado e volume de serviços, com ajuste sazonal, no Brasil — jan./2020-fev./2026



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física (IBGE, 2026c).
Pesquisa Mensal do Comércio (IBGE, 2026d).
Pesquisa Mensal dos Serviços (IBGE, 2026e).
Nota: Os índices têm como base jan./2020 = 100.

Os serviços, na comparação entre o trimestre de dezembro de 2025 a fevereiro de 2026 e o de dezembro de 2024 a fevereiro de 2025, registraram alta de 2,5%, com destaque para serviços de informação e comunicação (6,3%) e serviços profissionais, administrativos e complementares (3,2%).

A produção da indústria de transformação apresentou variação negativa de 2% na comparação com o trimestre móvel encerrado em fevereiro de 2025. As principais contribuições para essa variação negativa

vieram de impressão e reprodução de gravações, fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, fabricação de máquinas e equipamentos e fabricação de produtos têxteis. Em contrapartida, destaca-se a fabricação de produtos farmacêuticos e farmacêuticos, que contribuiu positivamente no período, atenuando parcialmente o resultado agregado.

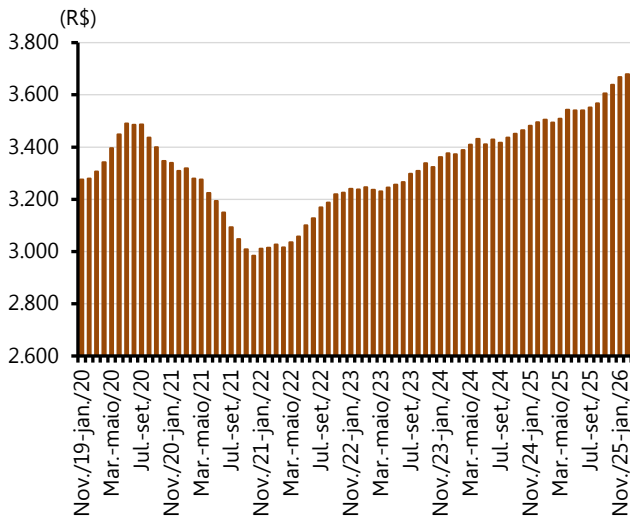
Como síntese dos dados conjunturais, observa-se que os três indicadores seguiram trajetórias distintas no período recente. Os serviços mantiveram o comportamento mais favorável e permaneceram próximos do maior nível da série, reforçando a resiliência desse segmento mesmo em um contexto de desaceleração da atividade. O comércio também apresentou desempenho relativamente estável, com leve avanço no trimestre móvel mais recente, o que sugere alguma sustentação da demanda interna. Já a indústria de transformação mostrou trajetória mais fraca e volátil, com recuo no período recente e desempenho inferior ao dos demais setores. Em conjunto, no início de 2026, a economia brasileira manteve certo suporte nos serviços e no comércio, enquanto a indústria de transformação seguiu como o principal foco de fragilidade no cenário conjuntural.

2.2 MERCADO DE TRABALHO

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), o número de ocupados no Brasil, no trimestre móvel encerrado em fevereiro de 2026, foi de 102,145 milhões de pessoas, o que representou queda de 0,8% em relação ao trimestre móvel anterior (set.-nov./2025) e crescimento de 1,5% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Nesse trimestre móvel, a taxa de desocupação foi de 5,8%, com alta de 0,6 p.p. ante o trimestre anterior e redução de 1 p.p. em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

O rendimento médio real mensal habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas alcançou R\$ 3.679 no trimestre de dezembro de 2025 a fevereiro de 2026, com aumento de 2% na margem e de 5,2% na comparação interanual (**Gráfico 2.3**). Já a massa de rendimento mensal real habitual de todos os trabalhos totalizou R\$ 371,092 bilhões, registrando estabilidade em comparação ao trimestre anterior e crescimento de 6,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Gráfico 2.3 - Valor absoluto do rendimento habitual médio, por trimestre móvel, no Brasil — nov./2019-jan./2026



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (IBGE, 2025f).

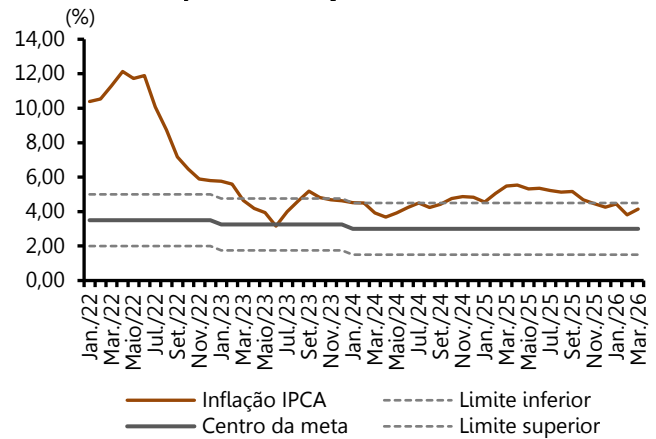
No mercado formal, os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) mostram que o saldo de empregos no acumulado de dezembro de 2025 a fevereiro de 2026 foi de -260.233 postos de trabalho, resultado influenciado pelo forte fechamento líquido de vagas em dezembro (-630.572), parcialmente compensado pelos saldos positivos registrados em janeiro (115.018) e fevereiro de 2026 (255.321). Apesar desse recuo no acumulado trimestral recente, o desempenho em horizonte mais longo permaneceu positivo: nos 12 meses encerrados em fevereiro de 2026, o país gerou 1.047.024 empregos formais, com destaque para serviços (657.365) e, em menor medida, comércio (197.862), construção (88.222), indústria geral (87.375) e agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (16.143).

2.3 INFLAÇÃO, JUROS E CONTAS PÚBLICAS

A taxa de inflação acumulada em 12 meses até março de 2026, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ficou em 4,14% (Gráfico 2.4). Desde novembro de 2025, a inflação em 12 meses tem ficado dentro do intervalo de tolerância de 1,5 p.p. em torno do centro da meta de 3%. Todos os nove grupos que compõem o índice apresentaram variação acumulada positiva até março de 2026: alimentação e bebidas (2,16%), habitação (5,67%), artigos de residência (0,07%), vestuário (4,9%), transportes (3,69%), saúde e cuidados pessoais (5,68%), despesas pessoais (5,91%),

educação (6,4%) e comunicação (1,7%). Entre os grupos, cinco ainda apresentam variação positiva acima do teto de 4,5% em relação ao centro da meta.

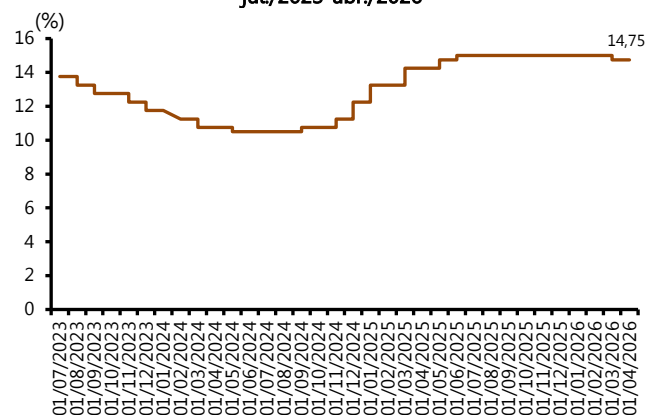
Gráfico 2.4 - Variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em 12 meses e meta de inflação no Brasil — jan./2022-mar./2026



Fonte dos dados brutos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2026a).
Banco Central do Brasil (BCB, 2026b).

Após, praticamente, nove meses mantendo a taxa básica em 15% ao ano, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil decidiu reduzi-la para 14,75% ao ano, em reunião realizada no dia 18 de março de 2026 (Gráfico 2.5). Apesar da redução de 0,25 p.p., a política monetária mantém-se restritiva, considerando-se, por exemplo, uma inflação esperada de 4,71% para o ano de 2026 (Focus - Relatório de Mercado, de 10 de abril de 2026).

Gráfico 2.5 - Meta da taxa Selic ao ano no Brasil — jul./2023-abr./2026



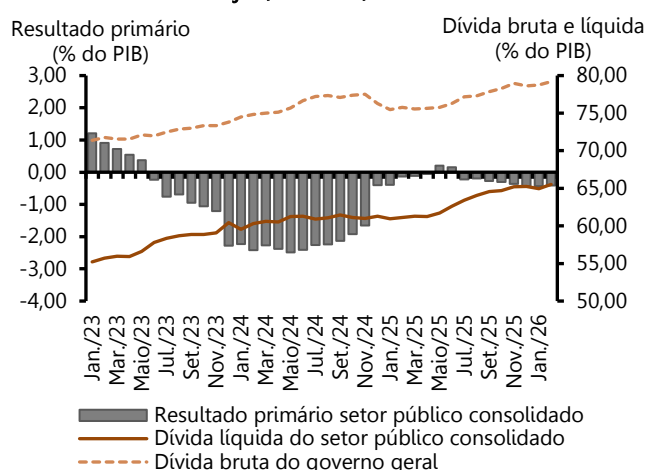
Fonte dos dados brutos: Banco Central do Brasil (BCB, 2026b).

A decisão do Copom, publicada na Ata da 277.^a Reunião, de perseverar na política monetária contractionista, considerou os cenários externo e interno. O primeiro tornou-se ainda mais adverso e incerto, principalmente por conta de conflitos e tensões de ordem

geopolítica, em particular no Oriente Médio. Tal ambiente gera volatilidade de preços, tanto de ativos como de *commodities*. Quanto ao cenário doméstico, a atividade vem mantendo crescimento moderado, com hiato do produto positivo; o mercado de trabalho tem-se mostrado resiliente e segue aquecido, com a taxa de desocupação atingindo novo mínimo histórico e com crescimento do nível de ocupação; os rendimentos reais médios têm mantido tendência de elevação acima do crescimento da produtividade do trabalho; o crédito do sistema financeiro tem permanecido em expansão, apesar de redução do ritmo; e continuam as incertezas sobre a estabilização da dívida pública. As expectativas de inflação dos agentes econômicos subiram com o início dos conflitos no Oriente Médio, permanecendo acima do centro da meta de inflação em todos os horizontes considerados.

No campo da política fiscal, o resultado primário do setor público consolidado, no acumulado em 12 meses até fevereiro de 2026, apresentou déficit de 0,41% do PIB (ou R\$ 52,8 bilhões), recuo de 0,02 p.p. em relação ao déficit de 0,43% do PIB (ou R\$ 55,4 bilhões) observados nos 12 meses acumulados até janeiro (**Gráfico 2.6**). Em termos desagregados por esferas de governo, ainda no acumulado em 12 meses até fevereiro, o déficit primário do governo central totalizou R\$ 55,5 bilhões; os governos regionais tiveram superávit de R\$ 13,3 bilhões; e as empresas estatais registraram déficit de R\$ 10,6 bilhões.

Gráfico 2.6 - Resultado primário acumulado em 12 meses e estoques da dívida bruta e dívida líquida no Brasil — jan./2023-fev./2026



Fonte dos dados brutos: Banco Central do Brasil (BCB, 2026e).

Conforme o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP) do primeiro bimestre de 2026, a meta de resultado primário para o governo central é de um déficit de R\$ 22,9 bilhões para o ano

de 2026. Após reavaliações, o déficit primário estimado subiu para R\$ 59,8 bilhões. Contudo, considerando as deduções legais nas despesas primárias, no montante de R\$ 63,3 bilhões, projeta-se um superávit primário de R\$ 3,5 bilhões.

Tais estimativas poderão ser revistas considerando o anúncio, em abril, por parte do governo federal, de um conjunto de ações que visam conter os impactos da alta dos preços dos combustíveis. Dentre as ações divulgadas, destacam-se: (a) a desoneração do tributo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre o *diesel* nacional e importado, com custo estimado em R\$ 20 bilhões; (b) a ampliação de subvenções ao óleo *diesel* e ao gás liquefeito de petróleo (GLP), ao custo total de R\$ 4 bilhões, sendo R\$ 2 bilhões da União e R\$ 2 bilhões dos estados; e (c) a desoneração do PIS e da Cofins sobre o querosene de aviação e o biodiesel. O custo total estimado do pacote supera os R\$ 30 bilhões. Como uma medida de compensação, houve elevação da tributação sobre cigarros, com aumento da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do preço mínimo de venda no varejo.

No acumulado de janeiro a fevereiro, o governo central registrou um superávit de R\$ 56,9 bilhões, o que representa um aumento de R\$ 3,4 bilhões em relação ao superávit de R\$ 53,5 bilhões no mesmo período de 2025 (**Tabela 2.2**). Destaca-se o superávit primário do Tesouro Nacional, que teve aumento de R\$ 4 bilhões na comparação entre os dois períodos.

Tabela 2.2 - Valores e variação da receita, das transferências, da despesa e dos resultados do governo central do Brasil — 2025 e 2026

DISCRIMINAÇÃO	VALORES (jan.-fev.) (R\$ milhões)		VARIÇÃO (2026/2025)	
	2025	2026	Abso- luta	Relativa (%)
A - Receita total	505.896	541.119	35.223	7,0
B - Transferências	104.032	110.653	6.621	6,4
C - Receita líquida (A - B)	401.864	430.466	28.602	7,1
D - Despesa total	348.398	373.612	25.214	7,2
E - Resultado primário (C - D) ...	53.466	56.854	3.389	6,3
Resultado do Tesouro Nacional	96.035	100.013	3.978	4,1
Resultado do Banco Central	-4	-80	-75	1.713,6
Resultado da Previdência Social	-42.565	-43.079	-514	1,2

Fonte dos dados brutos: Resultado do Tesouro Nacional (fev./2026) (Brasil, 2026c).

Note-se que a receita líquida teve um acréscimo de R\$ 28,6 bilhões, enquanto a despesa total cresceu R\$ 25,2 bilhões, comparando-se os acumulados de janeiro a fevereiro. Do lado da receita do governo central,

na mesma base de comparação, destacam-se os incrementos de R\$ 10,5 bilhões com a arrecadação do Imposto sobre a Renda e de R\$ 11,4 bilhões na arrecadação previdenciária para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Do lado da despesa do governo central, na comparação dos acumulados de janeiro a fevereiro, destacam-se os aumentos de R\$ 12 bilhões em benefícios previdenciários e de R\$ 8 bilhões com pessoal e encargos sociais.

A dívida bruta do governo geral (no conceito do Banco Central) chegou a 79,2% do PIB em fevereiro, um aumento de 0,5 p.p. na comparação com janeiro (**Gráfico 2.6**). Por sua vez, a dívida líquida do setor público atingiu o nível de 65,5% do PIB em fevereiro de 2026, alta de 0,5 p.p. em relação ao estoque de janeiro. Trata-se do maior patamar da série histórica iniciada em dezembro de 2001. Portanto, em qualquer das definições de dívida pública, a trajetória é de aumento, e não de estabilidade.

2.4 EXPECTATIVAS DE INFLAÇÃO E CRESCIMENTO

O **Focus - Relatório de Mercado**, de 10 de abril de 2026, apresenta as expectativas dos agentes do mercado financeiro (BCB, 2026c). Em relação à taxa de inflação (IPCA), a previsão é de 4,71% para o ano de 2026 e de 3,91% para 2027. Já a projeção para o crescimento do PIB em 2026 subiu para 1,85%, 0,05 p.p. acima do patamar esperado para 2027.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em sua **Carta de Conjuntura** de 9 de abril de 2026, apresenta as seguintes previsões para 2026: taxa de crescimento do PIB de 1,8%; e inflação, medida pelo IPCA, no patamar de 4,2%.

O Relatório de Política Monetária de março de 2026 projeta inflação, medida pelo IPCA, de 3,9% ao final de 2026. Quanto ao PIB, projeta-se crescimento de 1,6% em 2026.

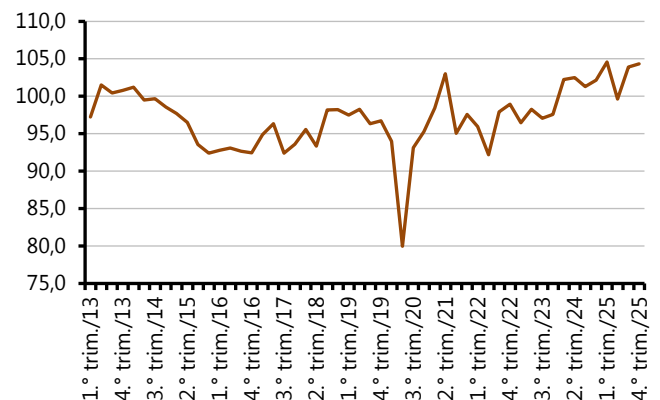
As previsões de inflação para 2026 começaram a divergir em abril. Enquanto o IPEA e o Banco Central projetam a inflação dentro do intervalo de tolerância em torno do centro da meta de 3% ao ano, o Boletim Focus aponta inflação acima do teto da banda. Quanto ao crescimento do PIB, projeta-se variação positiva entre 1,6% e 1,85%.

3 CENÁRIO INTERNO — RS

3.1 ATIVIDADE ECONÔMICA

O PIB do Rio Grande do Sul cresceu 0,4% no quarto trimestre de 2025, em relação ao trimestre anterior, na série com ajuste sazonal. Esse foi o segundo resultado positivo consecutivo, após o término dos efeitos mais agudos da estiagem que afetou a economia do estado no segundo trimestre. Com esse crescimento na margem, o nível do PIB no quarto trimestre de 2025 atingiu o segundo maior valor da série, ficando apenas 0,2% abaixo do pico registrado no primeiro trimestre do ano (**Gráfico 3.1**). Na comparação com períodos mais longos, o PIB do estado está 7,9% acima do nível do quarto trimestre de 2019, antes da pandemia, e 2,8% acima do segundo trimestre de 2013, anterior à crise de 2014-16.

Gráfico 3.1 - Índice do volume do Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul — 1.º trim./2013-4.º trim./2025



Fonte: PIB RS trimestral (Rio Grande do Sul, 2026b).
Nota: 1. Os índices têm como base a média de 2013 = 100.
2. Série com ajuste sazonal.

Em termos setoriais, o maior crescimento ocorreu na agropecuária, que avançou 16,7% nessa base de comparação (**Tabela 3.1**). A indústria, após registrar duas altas consecutivas no segundo e no terceiro trimestre, recuou 1,8% nos últimos três meses do ano. A queda atingiu todas as quatro atividades do setor: extrativa mineral (-0,4%), indústria de transformação (-0,5%), eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (-2,4%) e construção (-2,6%). Esse resultado contrasta com o do terceiro trimestre, quando três das quatro atividades haviam crescido, com exceção da extrativa. No caso da indústria de transformação, a retração no quarto trimestre interrompeu uma sequência de dois trimestres de alta. Os serviços cresceram 0,4%, com desempenho positivo em seis das sete atividades. Destaca-se a expansão da intermediação financeira e segu-

ros (4,4%). A única exceção foi o comércio, que recuou 0,6%, registrando a quarta queda consecutiva. A retração das vendas ao longo dos quatro trimestres do ano pode ser explicada tanto pela desaceleração do consumo, em um movimento observado nacionalmente, quanto pela acomodação das vendas no estado após as fortes altas registradas no período pós-enchentes.

Tabela 3.1 - Variação do Produto Interno Bruto (PIB), dos impostos e do Valor Adicionado Bruto (VAB), total e por atividade, do Rio Grande do Sul — períodos selecionados

ATIVIDADES	4° TRIM/2025		
	3° TRIM/2025 ⁽¹⁾	4° TRIM/2024	2025 2024
PIB	0,4	2,1	0,9
Impostos	-	1,0	1,7
VAB	0,5	2,2	0,8
Agropecuária ...	16,7	23,4	-6,8
Indústria	-1,8	0,8	1,7
Serviços	0,4	0,7	1,7

Fonte: PIB RS trimestral (Rio Grande do Sul, 2026b).

(1) Com ajuste sazonal.

Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, a economia gaúcha cresceu 2,1%. O principal destaque foi a agropecuária, que avançou 23,4%. A indústria registrou alta de 0,8%, impulsionada pela indústria de transformação (1,7%) e pela atividade de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (1,3%). Em contrapartida, a extrativa mineral (-1,3%) e a construção (-4,3%) apresentaram queda nessa base de comparação. No caso da construção, o recuo ocorreu após seis trimestres consecutivos de crescimento, acompanhando o movimento nacional, que também registrou retração no quarto trimestre após uma sequência de altas. O setor de serviços cresceu 0,7% no período, a menor taxa desde a queda observada no primeiro trimestre de 2021. Essa desaceleração reflete, em grande medida, o desempenho do comércio, que recuou 2,6% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Cabe destacar que o nível de atividade do comércio havia atingido um pico nesse período, impulsionado pelo aumento do consumo nos meses pós-enchentes, e que uma posterior acomodação era, portanto, esperada. Além disso, a atividade vem desacelerando em nível nacional, principalmente em razão da política monetária restritiva e do maior comprometimento da renda das famílias com o pagamento de dívidas.

No acumulado do ano, o PIB do Rio Grande do Sul cresceu 0,9%. O principal destaque negativo foi a agropecuária, que recuou 6,8%, em função dos efeitos da estiagem sobre a produção de soja no segundo trimestre. A queda no Valor Adicionado do setor foi o principal fator a explicar a diferença entre o crescimento do

estado (0,9%) e o do país (2,3%) em 2025. Isso porque as taxas de crescimento da indústria e dos serviços no Rio Grande do Sul ficaram muito próximas às observadas no país: 1,7% ante 1,4% na indústria e 1,7% contra 1,8% nos serviços, respectivamente.

A expansão da indústria foi impulsionada pelo crescimento de 3,1% da indústria de transformação. A atividade teve desempenho bastante positivo em 2025, não apenas por voltar a crescer após três anos de queda, mas também por avançar enquanto a indústria de transformação nacional recuou 0,2% no período. Também houve aumento na extrativa mineral (1,4%) e na construção (0,3%). Por outro lado, a atividade de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana foi a única a registrar queda (-7,1%), como consequência direta da diminuição das chuvas sobre a geração de energia hidrelétrica.

O setor de serviços cresceu 1,7% em 2025, com contribuições positivas de todas as suas atividades. Os principais destaques, com taxas acima da média do setor, foram intermediação financeira e seguros (4,1%), transporte, armazenagem e correio (2,6%) e outros serviços (2,2%). O comércio, após sucessivas reduções nas taxas acumuladas ao longo do ano, encerrou 2025 com crescimento de 1,3%. Ainda assim, o resultado ficou levemente acima do observado no Brasil (1,1%), que também passou por um processo de desaceleração pelas razões apontadas anteriormente.

Em 2025, a produção agrícola do estado foi novamente impactada por uma estiagem, dessa vez com efeitos concentrados na safra de soja, cujo ciclo produtivo coincidiu com a falta de chuvas. Por outro lado, culturas de ciclo anterior, como arroz, milho, fumo e uva, registraram crescimento expressivo, beneficiadas por condições climáticas mais favoráveis (**Tabela 3.2**). Ainda assim, devido à relevância da soja na estrutura produtiva do setor primário estadual, o Valor Adicionado da agropecuária recuou em 2025, conforme apontado anteriormente.

Tabela 3.2 - Quantidade produzida e variação dos principais produtos agrícolas do primeiro semestre no Rio Grande do Sul — 2024-26

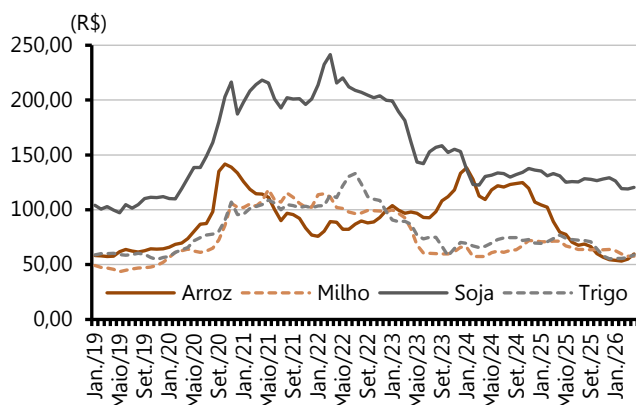
PRODU- TOS	QUANTIDADE (t)			VARIACÃO %	
	2024	2025	2026 (1)	2025 2024	2026 2024
Arroz	7.128.908	8.760.106	7.943.643	22,9	-9,3
Fumo	286.923	351.570	344.625	22,5	-2,0
Milho	4.505.668	5.294.223	6.447.340	17,5	21,8
Soja	18.247.609	13.647.103	18.373.009	-25,2	34,6
Uva	686.651	956.837	1.038.723	39,3	8,6

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) (IBGE, 2026b).
(1) Estimativa.

Para 2026, a previsão inicial do IBGE indicava uma recuperação importante da produção agrícola, sustentada por uma safra recorde de soja, estimada em mais de 21 milhões de toneladas. No entanto, a redução das chuvas já nos primeiros meses do ano levou à revisão dessas estimativas. Na projeção mais recente, a produção de soja foi reduzida para pouco mais de 18 milhões de toneladas. Ainda assim, o resultado representa um aumento significativo em relação à safra anterior. A produção de milho também deve crescer, impulsionada pela expansão da área plantada e pelo aumento do rendimento médio. Em contrapartida, arroz e fumo devem registrar volumes inferiores aos de 2025. No caso do arroz, a queda dos preços levou à redução da área cultivada, contribuindo para a diminuição da produção esperada. Já no fumo, a expectativa é de leve recuo, em função da redução do rendimento.

Os preços pagos aos produtores gaúchos pelos principais grãos seguem em queda. Embora arroz, soja e trigo tenham registrado leve alta no início do ano, a comparação entre os preços médios dos primeiros quatro meses de 2026 e os de 2025 ainda mostra variações negativas. O caso mais expressivo é o do arroz, cuja queda de 38,4% reflete um movimento contínuo de desvalorização iniciado em meados de 2024 e que motivou a redução da área plantada em 2026. Também houve recuo nos preços do milho (-13%), da soja (-4,9%) e do trigo (-19%) (Gráfico 3.2).

Gráfico 3.2 - Evolução dos preços reais ao produtor do arroz, do milho, da soja e do trigo no Rio Grande do Sul — jan./2019-abr./2026

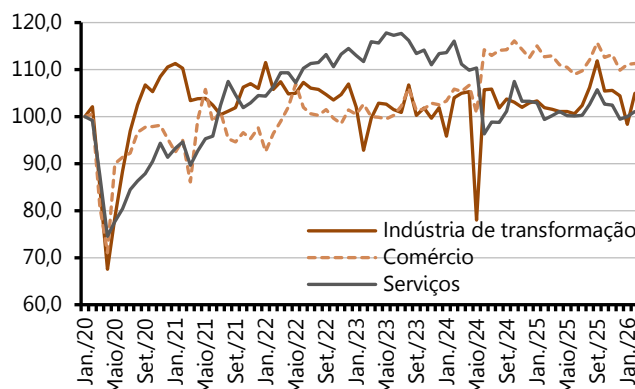


Fonte: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (Emater-RS, 2026).
Nota: 1. Valores constantes a preços de mar./2026, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
2. Arroz em saca de 50 kg; milho, soja e trigo em sacas de 60 kg.

Os dados mensais da indústria de transformação, do comércio varejista ampliado e dos serviços no Rio Grande do Sul, referentes ao primeiro bimestre do ano,

apontam um quadro desafiador. As três atividades registraram recuo tanto em relação aos dois meses anteriores quanto na comparação com o mesmo período de 2025 (Gráfico 3.3).

Gráfico 3.3 - Índice da produção física da indústria de transformação, do volume de vendas do comércio varejista ampliado e do volume dos serviços do Rio Grande do Sul — jan./2020-fev./2026



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF) (IBGE, 2026c).
Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) (IBGE, 2026d).
Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) (IBGE, 2026e).
Nota: 1. Os índices têm como base jan./2020 = 100.
2. Série com ajuste sazonal.

Após crescer em 2025, a produção industrial do Rio Grande do Sul iniciou 2026 em retração. Em janeiro, houve queda de 5,8% em relação a dezembro. Em fevereiro, registrou-se recuperação de 6,7%. Ainda assim, no acumulado do bimestre, a indústria recuou 3,2% ante o período imediatamente anterior, na série com ajuste sazonal. Na comparação com o mesmo bimestre de 2025, a produção também caiu, com retração de 3%. As principais contribuições negativas vieram dos segmentos de celulose e papel (-25,7%), veículos automotores, reboques e carrocerias (-23,5%) e máquinas e equipamentos (-7,4%). Por outro lado, destacaram-se os avanços na fabricação de produtos de metal (12%) e de alimentos (5,7%).

De modo geral, o desempenho da indústria gaúcha no início do ano acompanha a queda observada na indústria nacional na comparação interanual. Além disso, a reversão no setor de máquinas e equipamentos — que havia crescido 10,2% em 2025 — teve impacto relevante no resultado negativo do bimestre, dada sua elevada participação na estrutura industrial do estado. Esse quadro não deve sofrer mudanças significativas ao longo do ano. A manutenção de uma política monetária restritiva e o cenário externo incerto devem continuar impondo desafios ao avanço da indústria nacional e, conseqüentemente, da indústria

gaúcha. No caso específico do setor de máquinas agrícolas, projeções de entidades do segmento indicam queda na produção em 2026. Esse movimento tende a impactar, de forma relevante, a indústria do Rio Grande do Sul, já que uma parcela expressiva da produção nacional desses equipamentos está concentrada no estado.

No primeiro bimestre de 2026, as vendas do comércio varejista ampliado recuaram 0,3% em relação aos dois meses imediatamente anteriores. Na comparação com o mesmo período de 2025, a queda foi mais intensa, de 4,7%. Esse resultado reflete, em parte, a base elevada do início de 2025, quando as vendas ainda se mantinham próximas do pico registrado em outubro de 2024. Ao longo de 2025, houve uma desaceleração após as fortes altas observadas em 2024.

A retração no início de 2026 foi bastante disseminada entre os ramos da atividade. Dos 11 segmentos pesquisados pelo IBGE, nove registraram queda. As maiores reduções ocorreram nas vendas de material de construção (-16,9%), veículos, motocicletas, partes e peças (-13,7%) e tecidos, vestuário e acessórios (-13,3%). Por outro lado, apenas dois segmentos apresentaram crescimento: artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (2,6%) e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (0,4%).

O desempenho da atividade em 2026 enfrenta alguns desafios importantes. À acomodação das vendas no âmbito estadual soma-se a estabilização do consumo no país, influenciada pelos juros elevados e pelo alto nível de endividamento das famílias, entre outros fatores.

O setor de serviços recuou 0,4% no primeiro bimestre de 2026, em relação aos dois meses anteriores, e caiu 2,1% na comparação interanual. Entre os cinco segmentos pesquisados pelo IBGE, apenas serviços de informação e comunicação registraram crescimento no período, com alta de 0,6%. Nos demais segmentos, os resultados foram negativos, com quedas mais acentuadas em serviços prestados às famílias (-7,3%) e em outros serviços (-6,2%). Por sua vez, as atividades turísticas — recorte específico da pesquisa do IBGE — iniciaram 2026 com crescimento de 1,3%.

3.2 SETOR EXTERNO

No primeiro trimestre de 2026, as exportações do Rio Grande do Sul somaram US\$ 4,384 bilhões, queda

de 7,5% em relação ao mesmo período do ano anterior (**Tabela 3.3**). Houve recuo tanto nas vendas das atividades agropecuárias (-15,1%) quanto nas da indústria (-5,8%). No primeiro caso, a principal contribuição negativa veio do produto soja, cujas exportações caíram 77%, reduzindo o valor total em US\$ 188,3 milhões. Na indústria, as maiores quedas ocorreram nos segmentos de produtos de metal (-26,4%), produtos do fumo (-25,9%), celulose e papel (-23,5%) e veículos automotores, reboques e carrocerias (-21,7%). Em contrapartida, as exportações de produtos alimentícios cresceram 16,1%, tornando-se a principal atividade exportadora do estado no período. O segmento de máquinas e equipamentos também avançou, com alta de 10,8%.

Quanto aos destinos, a União Europeia liderou com 12,2% de participação, seguida por China, Estados Unidos e Argentina, que permaneceram entre os principais mercados no início de 2026. Entre esses parceiros, apenas as exportações para a União Europeia cresceram, ainda que de forma modesta (1%). Também se destacaram os aumentos nas vendas para Filipinas, Egito e Índia. Por outro lado, houve quedas expressivas nas exportações para a China (-42,8%) e para os Estados Unidos (-31,9%). Além disso, chamou atenção a retração de 45% nas vendas para o Vietnã. Uma análise mais detalhada e aprofundada do desempenho das exportações do estado no primeiro trimestre do ano pode ser acessada na nota técnica **Estatísticas das Exportações do Rio Grande do Sul** (Barbosa; Leusin Júnior, 2026).

Tabela 3.3 - Valor e variações das exportações, total e por atividade econômica, no Rio Grande do Sul — 2025-26

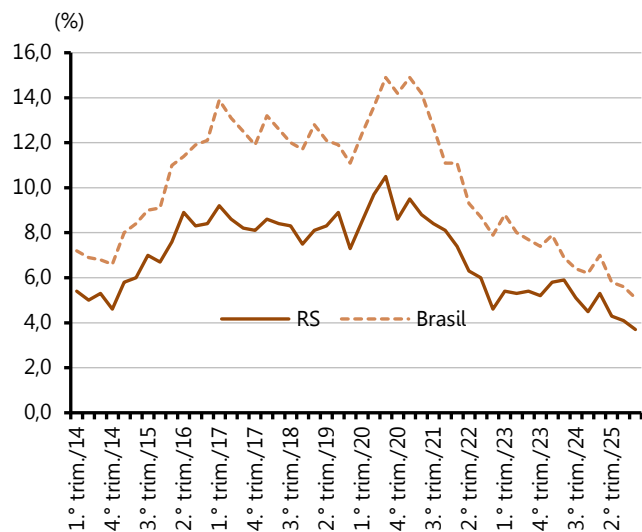
ATIVIDADES	VALOR (US\$ milhão)		Δ%
	Jan.- Mar./2025	Jan.- Mar./2026	
Produtos alimentícios	1.120,2	1.300,8	16,1
Produtos agropecuários	891,3	756,5	-15,1
Produtos do fumo	642,5	475,9	-25,9
Máquinas e equipamentos	262,3	290,7	10,8
Produtos químicos	332,2	286,9	-13,6
Produtos de papel e celulose	281,2	215,0	-23,5
Veículos automotores, carroce- rias e reboques.....	254,2	199,0	-21,7
Couros e calçados	236,4	197,9	-16,3
Produtos de metal	150,3	110,6	-26,4
Derivados de petróleo	93,0	91,2	-1,9
Outros produtos	477,7	459,3	-3,9
Valor total	4.741,4	4.383,9	-7,5

Fonte: ComexStat (Brasil, 2026a).

3.3 MERCADO DE TRABALHO

Os principais indicadores do mercado de trabalho do Rio Grande do Sul, medidos pela PNAD Contínua do IBGE, sinalizaram estabilização no quarto trimestre de 2025. A principal exceção foi a taxa de desocupação, que caiu para 3,7%, redução de 0,8 p.p. em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (**Gráfico 3.4**). O número de desocupados passou de 280 mil pessoas no quarto trimestre de 2024 para 229 mil no quarto trimestre de 2025, uma redução de 51 mil pessoas.

Gráfico 3.4 - Taxa de desocupação no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2014-4.º trim./2025



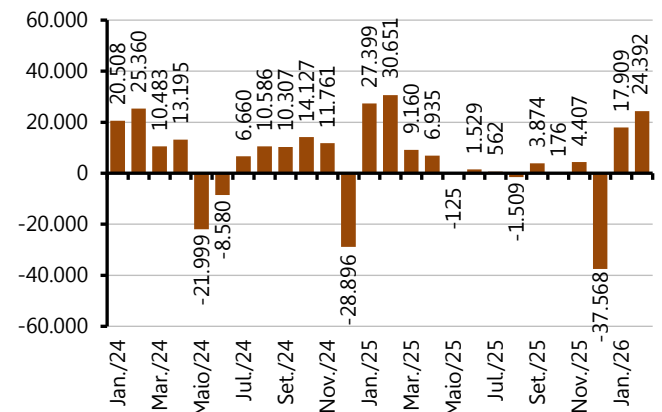
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (IBGE, 2026f).

Ainda na comparação entre o quarto trimestre de 2025 e o mesmo período de 2024, o número de ocupados manteve-se estável em 5,916 milhões de pessoas. Nessa mesma base de comparação, também permaneceram estáveis o rendimento médio real habitual e a massa real de rendimentos. Cabe destacar, contudo, que essa estabilidade ocorreu em níveis elevados. A taxa de desocupação registrada no quarto trimestre de 2025 é a menor de toda a série da PNAD Contínua, iniciada no primeiro trimestre de 2012. O número de ocupados, por sua vez, é o segundo maior da série, apenas 2 mil pessoas abaixo do recorde observado no quarto trimestre de 2024. Já o rendimento médio mensal (R\$ 3.968) e a massa salarial mensal (R\$ 23,059 bilhões) atingiram os maiores valores da série histórica.

No mercado de trabalho formal, os dados do Novo Caged indicam a criação líquida de 4.733 vagas no trimestre encerrado em fevereiro de 2026. O resultado refletiu o fechamento de 37.568 postos em de-

zembro de 2025 — movimento sazonal típico —, seguido pela abertura de 17.909 vagas em janeiro e 24.392 em fevereiro. Do ponto de vista setorial, a geração de empregos concentrou-se na agropecuária, cujo saldo de 13.552 vagas foi liderado pelas vagas abertas nas colheitas da maçã e da uva, e na indústria, com 1.960 postos (**Gráfico 3.5**). No acumulado de 12 meses até fevereiro, o Rio Grande do Sul registrou a criação de 29.742 empregos formais. O resultado foi liderado pelo setor de serviços (25.274 vagas), seguido por agropecuária (6.634), comércio (1.218) e construção (50), enquanto a indústria apresentou saldo negativo de 3.434 vagas.

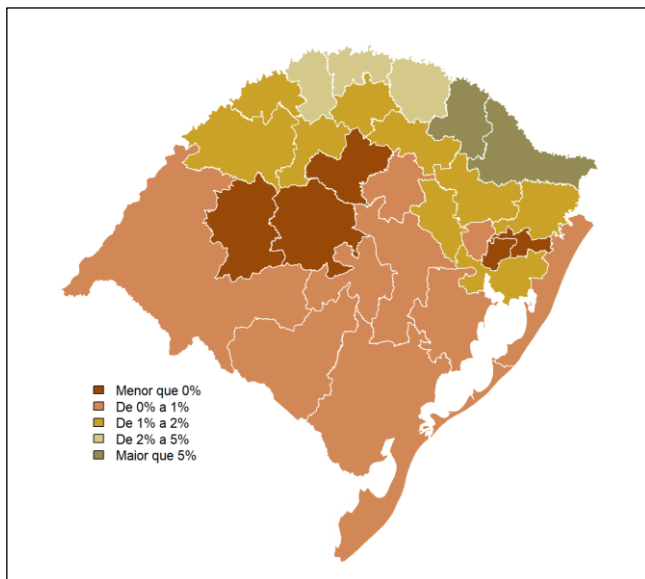
Gráfico 3.5 - Saldo entre admitidos e desligados no emprego formal do Rio Grande do Sul — jan./2024-fev./2026



Fonte: Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) (Brasil, 2026b).

Em relação ao estoque de empregos de fevereiro de 2025, o número de postos formais de trabalho gerados em 12 meses cresceu 1%. Das 28 regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) do Rio Grande do Sul, 23 apresentaram variação positiva no período (**Figura 3.1**). Os maiores aumentos foram registrados nos Coredes Nordeste (6,3%), Campos de Cima da Serra (5,8%), Norte (3,4%), Celeiro (2,5%) e Médio Alto Uruguai (2%). Por outro lado, as reduções mais expressivas ocorreram nos Coredes Alto Jacuí (-1,6%) e Paranhana-Encosta da Serra (-1%).

Figura 3.1 - Variação do saldo em 12 meses entre admitidos e desligados sobre o estoque anterior do emprego formal nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) do Rio Grande do Sul — fev./2026



Fonte: Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) (Brasil, 2026b).

Dos 497 municípios do Rio Grande do Sul, 299 registraram crescimento do emprego formal, 11 apresentaram variação nula, e 187 sofreram queda. Entre os 19 municípios com mais de 100 mil habitantes, três apresentaram redução no período de 12 meses encerrado em fevereiro: Santa Maria, Novo Hamburgo e Santa Cruz do Sul. Dentre os que cresceram, destacam-se os avanços em Erechim (3,8%), Bento Gonçalves (3,7%), Alvorada (3,5%) e Sapucaia do Sul (3,4%). Entre os 56 municípios com população entre 30 mil e 100 mil habitantes, o emprego cresceu em 32. As maiores variações relativas foram observadas em Vacaria (6,7%), Flores da Cunha (6,7%) e Garibaldi (4,6%).

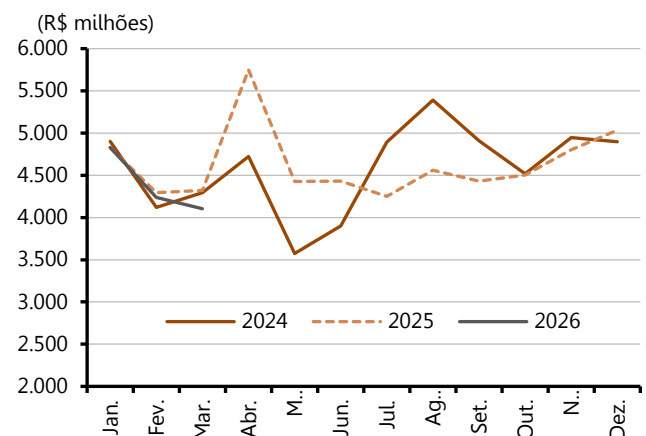
O **Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul** (mar./2026) apresenta uma análise mais aprofundada sobre o mercado de trabalho do estado, formal e informal.

3.4 ARRECAÇÃO DE ICMS

A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no Rio Grande do Sul totalizou R\$ 13,168 bilhões no primeiro trimestre de 2026, valor 2,1% inferior, em termos reais, ao observado no mesmo período de 2025 (**Gráfico 3.6**). Na desagregação por atividade, houve crescimento nas receitas provenientes de outras indústrias (16,7%), serviços de informação e comunicação (28,5%) e outros serviços (11%). O aumento nessas atividades, que somou

R\$ 287,3 milhões, não foi suficiente para compensar a queda nas demais, que registraram redução conjunta de R\$ 563,8 milhões. Como resultado, a arrecadação total do ICMS apresentou diminuição absoluta de R\$ 276,5 milhões no período. As maiores retrações relativas ocorreram na agropecuária (-23,5%), na indústria de transformação (-6,6%) e no comércio (-0,7%). No caso dessas duas últimas, o desempenho da arrecadação está alinhado ao comportamento da produção, analisado anteriormente.

Gráfico 3.6 - Arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) no Rio Grande do Sul — 2024-26



Fonte: Secretaria da Fazenda do RS/Dados Abertos (Rio Grande do Sul, 2026a).

Nota: Valores constantes a preços de mar./2026, corrigidos pelo IPCA.

3.5 PERSPECTIVAS

Em relação ao último Boletim, as perspectivas para a economia gaúcha foram parcialmente revisadas. Na agropecuária, projeta-se ainda uma boa colheita dos produtos do primeiro semestre, porém inferior à estimada no início do ano, especialmente no caso da soja. Para a safra de inverno, a elevação dos custos — decorrente do aumento dos preços do *diesel* e dos fertilizantes, associado ao conflito no Oriente Médio —, somada ao elevado endividamento dos produtores, deverá resultar em redução da área plantada de trigo, principal cultura do segundo semestre.

No que se refere à indústria e ao comércio, os primeiros dados do ano são negativos e indicam um período de grandes desafios para essas atividades. No cenário externo, a elevada incerteza geopolítica e macroeconômica tende a persistir. Já no ambiente doméstico, a desaceleração do consumo — influenciada por uma política monetária ainda restritiva e pelo alto endividamento das famílias — deve impor limites ao crescimento das vendas no comércio e nos serviços.

PRINCIPAIS INDICADORES MENS AIS

Tabela A.1 - Principais indicadores econômicos do Rio Grande do Sul e do Brasil — out./2025-mar./2026

	(%)					
DISCRIMINAÇÃO	OUT/25	NOV/25	DEZ/25	JAN/26	FEV/26	MAR/26
Indústria de transformação						
Rio Grande do Sul						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	-5,8	0,2	-1,1	-5,8	6,7	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	2,2	0,4	3,8	-6,7	0,7	-
Acumulado em 12 meses	2,3	2,3	2,3	1,2	1,5	-
Brasil						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	-0,3	0,1	-2,6	2,3	1,0	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	-2,1	-2,5	-1,6	-1,8	-2,6	-
Acumulado em 12 meses	0,6	0,1	-0,2	-0,5	-0,9	-
Comércio varejista ampliado						
Rio Grande do Sul						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	-2,7	0,5	-3,0	1,1	0,2	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	-2,7	-3,3	-1,0	-2,9	-6,6	-
Acumulado em 12 meses	3,6	2,1	1,2	0,2	-1,0	-
Brasil						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	1,0	0,6	-0,9	0,9	1,0	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	-0,3	-0,2	2,7	1,1	-2,2	-
Acumulado em 12 meses	0,1	-0,1	0,0	0,0	-0,4	-
Serviços						
Rio Grande do Sul						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	-2,9	-0,2	-2,9	0,5	1,1	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	-4,0	-1,5	-3,8	-3,7	-0,5	-
Acumulado em 12 meses	-5,3	-4,9	-4,5	-4,0	-2,7	-
Brasil						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	0,2	0,0	-0,2	0,2	0,1	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	2,2	2,6	3,6	3,2	0,5	-
Acumulado em 12 meses	2,8	2,8	2,9	3,0	2,7	-
Preços						
IPCA-Região Metropolitana de Porto Alegre						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	0,33	0,09	0,63	0,23	0,33	0,96
Acumulado em 12 meses	4,59	4,66	4,79	5,06	4,07	4,28
IPCA-Brasil						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	0,09	0,18	0,33	0,33	0,70	0,88
Acumulado em 12 meses	4,68	4,46	4,26	4,44	3,81	4,14

Fonte dos dados brutos: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (IBGE, 2026a).
Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF) (IBGE, 2026c).
Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) (IBGE, 2026d).
Pesquisa Mensal dos Serviços (PMS) (IBGE, 2026e).

BOX

O ARCABOUÇO FISCAL E O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

O novo arcabouço fiscal completou dois anos ao final de 2025. Trata-se de um conjunto de regras fiscais que combina meta de resultado primário para o governo federal e sustentabilidade da dívida pública federal. A meta de resultado primário é móvel, variando, ao longo do tempo, entre situações de déficit, equilíbrio e superávit primário. A trajetória sustentável da dívida pública federal resultaria de um ajuste fiscal gradual, baseado no crescimento real da despesa primária atrelado e inferior ao crescimento real da receita primária.

A fim de monitorar o cumprimento da meta de resultado primário e acompanhar a trajetória da dívida pública federal, criou-se, no âmbito do governo federal, uma série de regras e procedimentos. A meta de resultado primário para um determinado ano é estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do ano anterior.

A LDO 2024, elaborada em 2023, permite a compensação entre as metas do governo central e das empresas estatais federais. Assim, estabeleceu-se a meta de déficit primário de R\$ 7,3 bilhões para o governo federal em 2024 (**tabela abaixo**): R\$ 0,00 é a meta do governo central; e déficit de R\$ 7,3 bilhões é a meta das empresas estatais federais. Para 2025, a meta de déficit primário reduziu-se para R\$ 6,2 bilhões (R\$ 0,00 para o governo central e déficit de R\$ 6,2 bilhões para as empresas estatais federais). Além de outros dispositivos, a LDO prevê o intervalo de tolerância da meta de resultado primário: de R\$ 28,8 bilhões na LDO 2024 e de R\$ 31 bilhões na LDO 2025. Ressalta-se que a Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, apresenta os itens a comporem o Anexo de Metas Fiscais do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, entre os quais, o intervalo de tolerância para verificação do cumprimento das metas fiscais.

Ainda na LDO, são previstas as deduções à meta de resultado primário do governo federal. No ano de 2024, as deduções (ou de itens excluídos da meta) totalizaram R\$ 33,8 bilhões: R\$ 29 bilhões referentes à calamidade pública no Rio Grande do Sul (governo central); R\$ 1,4 bilhão referente à emergência climática (governo central); R\$ 1,3 bilhão referente ao Acórdão Do Tribunal de Contas da União n.º 1.103/2024 (governo central); R\$ 124 milhões referentes à renúncia de receita (governo central); e R\$ 1,9 bilhão referente ao ajuste do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (estatais). Em 2025, o total de deduções (ou de itens excluídos da meta) aumentou para R\$ 51,8 bilhões, assim distribuídos: R\$ 41,1 bilhões para precatórios (Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 7064 e 7047) (governo central); R\$ 2,8 bilhões para ressarcimento de beneficiários do Regime Geral de Previdência Social (GPS) (governo central); R\$ 2,5 bilhões para projetos estratégicos em Defesa Nacional (governo central); R\$ 2,2 bilhões para despesas temporárias da saúde (Fundo Social) (governo central); R\$ 3,1 bilhões para o Novo Pac (estatais).

A Lei Complementar n.º 200, de 30 de agosto de 2023, estabelece que a meta será cumprida se o resultado primário do governo central, apurado pelo Banco Central, for superior ao limite inferior do intervalo de tolerância. Então, a partir do limite inferior da meta de resultado primário e das deduções da meta, tem-se a meta de resultado primário ajustada. Em 2024, a meta de déficit primário ajustada somou R\$ 69,9 bilhões; e, em 2025, a meta subiu para um déficit primário de R\$ 89 bilhões.

Resultado primário efetivo, meta e resultado para fins de cumprimento da meta do governo federal do Brasil — 2024 e 2025			
	(R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2024	2025	VARIAÇÃO 2025/2024
1 Resultado primário efetivo (abaixo da linha)	-51.636	-63.563	-11.927
2 Meta de resultado primário	-7.312	-6.215	1.097
3 Intervalo de tolerância	28.756	30.970	2.214
4 Limite superior da meta de resultado primário (2 + 3)	21.444	24.755	3.311
5 Limite inferior da meta de resultado primário (2 - 3) ..	-36.068	-37.185	-1.116
6 Deduções da meta de resultado primário	33.786	51.817	18.032
7 Meta de resultado primário ajustada (5 - 6)	-69.854	-89.002	-19.148

Fonte dos dados brutos: Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais (2024 e 2025) (Brasil, 2026d).

O resultado efetivo de 2024 superou em R\$ 18,2 bilhões a meta ajustada, e o de 2025 ficou acima em R\$ 25,4 bilhões. Isto é, os déficits primários efetivos foram menores do que as metas ajustadas de déficit primário. Portanto, nos dois anos passados, considera-se que, em termos legais, o governo federal cumpriu a meta de resultado primário.

No período em análise, houve deterioração fiscal, com o aumento do déficit primário, tanto o efetivo como a meta ajustada. O aumento do desequilíbrio fiscal não foi maior porque o governo federal contou com o bom desempenho das receitas federais, destacando-se a receita de impostos e a arrecadação líquida do RGPS.

REFERÊNCIAS

AHIR, H.; BLOOM, N.; FURCERI, D. **World Uncertainty Index**. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 2022. (NBER Working Paper n. 29.763). Disponível em: <https://doi.org/10.3386/w29763>. Acesso em: 22 abr. 2026.

BCB. **Atas do Comitê de Política Monetária**. Brasília, DF: BCB, 2026a. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/copom/atascopom/Copom277-not20260318277.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2026.

BCB. **Estatísticas**. Brasília, DF: BCB, 2026b. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas>. Acesso em: 9 abr. 2026.

BCB. **Focus – Relatório de Mercado**. Brasília, DF: BCB, 2026c. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20260410.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2026.

BCB. **Relatório de Política Monetária**. Brasília, DF: BCB, v. 2, n. 1, março, 2026d. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202603/rpm202603p.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2026.

BCB. **Sistema Gerenciador de Séries Temporais - v2.1**. Brasília, DF: BCB, 2026e. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 13 jan. 2026.

BARBOSA; LEUSIN JÚNIOR. **Estatísticas das exportações do Rio Grande do Sul — 1.º trimestre de 2026**. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2026. (Nota Técnica n. 129). Disponível em: <https://admin.dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202604/16101522-nt-dee-129-estati-sticas-das-exportac-oes-do-rio-grande-do-sul-1-trimestre-de-2026-16-4-2.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2026.

BEA. **Gross Domestic Product, U.S. international trade in goods and services, February 2026**. Washington, D.C.: Bureau of Economic Analysis, 2 abr. 2026. Disponível em: <https://www.bea.gov/sites/default/files/2026-01/trad1025.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2026.

BOLETIM DE CONJUNTURA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 7, n. 4, 2026. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-conjuntura>. Acesso em: 15 abr. 2026.

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 8, n. 1, 2026. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 15 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais. **Comex Stat**. Brasília, DF: Ministério da Economia, 2026a. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 15 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Painel de informações do Novo Caged**: fevereiro 2026b. Brasília, DF: Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, 2026b. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojNWl5NWl0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWl2IiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9>. Acesso em: 15 abr. 2026.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Boletim Resultado do Tesouro Nacional**. Brasília, DF: STN, v. 32, n. 2, fevereiro, 2026c. Disponível em: <https://thot-arquivos.tesouro.gov.br/publicacao/53502>. Acesso em: 7 abr. 2026.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias — 1.º bimestre**. Brasília, DF: STN, março, 2026d. Disponível em: <https://thot-arquivos.tesouro.gov.br/publicacao/54168>. Acesso em: 9 abr. 2026.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais**. Brasília, DF: STN, 3º Quadrimestre, 2024. Disponível em: <https://thot-arquivos.tesouro.gov.br/publicacao-anexo/24702>. Acesso em: 8 abr. 2026.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais**. Brasília, DF: STN, 3º Quadrimestre, 2025. Disponível em: <https://thot-arquivos.tesouro.gov.br/publicacao/54006>. Acesso em: 8 abr. 2026.

CALDARA, D.; IACOVIELLO, M.; MOLLIGO, P.; PRESTIPINO, A.; RAFFO, A. The economic effects of trade policy uncertainty. **Journal of Monetary Economics**, v. 109, p. 38-59, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0304393219302004>. Acesso em: 22 abr. 2026.

CPB NETHERLANDS BUREAU FOR ECONOMIC POLICY ANALYSIS. **CPB world trade monitor**. Haia: CPB, mar. 2026. Disponível em: <https://www.cpb.nl/en>. Acesso em: 22 abr. 2026.

DAVIS, S. J. **An index of global economic policy uncertainty**. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 2016. (NBER Working Paper n. 22.740). Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w22740>. Acesso em: 22 abr. 2026.

EMATER/RS. **Cotações agropecuárias**. Porto Alegre: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul, 2026. Disponível em: https://www.emater.tche.br/site/info-agro/precos_semanais.php. Acesso em: 15 abr. 2026.

EUROSTAT. **GDP main aggregates and employment estimates for the fourth quarter of 2025**. Euro indicators, 6 mar. 2026. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/en/web/products-euro-indicators/w/2-05122025-ap>. Acesso em: 14 abr. 2026.

FEDERAL RESERVE BANK OF ST. LOUIS. **Federal Reserve Economic Data (FRED): Real Gross Domestic Product: Percent Change From Quarter One Year Ago**. Recuperado de U.S. Bureau of Economic Analysis. 2026a. Disponível em: <https://fred.stlouisfed.org/release/tables?eid=13174&rid=53>. Acesso em: 14 abr. 2026.

FEDERAL RESERVE BANK OF ST. LOUIS. **Federal Reserve Economic Data (FRED): Table 1.1.2. Contributions to Percent Change in Real Gross Domestic Product: Quarterly**. St. Louis: Federal Reserve Bank of St. Louis, 2026b. Disponível em: <https://fred.stlouisfed.org/release/tables?rid=53&eid=12914>. Acesso em: 14 abr. 2026.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2026a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1737>. Acesso em: 15 abr. 2026.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola**. Rio de Janeiro: IBGE, 2026b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/lspa/tabelas>. Acesso em: 15 abr. 2026.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática: Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física Regional**. Rio de Janeiro: IBGE, 2026c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/8888>. Acesso em: 15 abr. 2026.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática: Pesquisa Mensal de Comércio**. Rio de Janeiro: IBGE, 2026d. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pmc/tabelas>. Acesso em: 15 abr. 2026.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática: Pesquisa Mensal de Serviços**. Rio de Janeiro: IBGE, 2026e. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pms/tabelas>. Acesso em: 15 abr. 2026.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua — Divulgação Trimestral — 4.º trimestre de 2025**. Rio de Janeiro: IBGE, 2026f. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>. Acesso em: 15 abr. 2026.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais — referência 2010 — 4.º trimestre 2025**. Rio de Janeiro: IBGE, 2026g. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/cnt/brasil>. Acesso em: 15 abr. 2026.

IMF. **World Economic Outlook update: Global Economy: Global Economy in the Shadow of War**. Washington, DC: International Monetary Fund, abr. 2026. Disponível em: <https://www.imf.org/en/publications/weo/issues/2026/04/14/world-economic-outlook-april-2026?cid=ca-com-homepage-sm26-WEOEA2026001>. Acesso em: 22 abr. 2026.

INDEC. **Informe de avance del nivel de actividad**. Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos, mar 2026a. Disponível em: https://www.indec.gov.ar/uploads/informesdeprensa/pib_12_251FCC242DDE.pdf. Acesso em: 16 abr. 2026.

INDEC. **Utilización de la capacidad instalada en la industria, nivel general y bloques sectoriales.** Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos, abr. 2026b. Disponível em: https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdeprensa/capacidad_04_263885424DF6.pdf. Acesso em: 17 abr. 2026.

OECD. **OECD Economic Outlook**, Interim Report March 2026: Testing Resilience. Paris: OECD Publishing, mar. 2026a. Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2026/03/oecd-economic-outlook-interim-report-march-2026_254a8d56/d4623013-en.pdf. Acesso em: 22 abr. 2026.

OECD. **Quarterly GDP.** 2026b. Disponível em: <https://stats.oecd.org/>. Acesso em: 22 abr. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. **Receita dados.** Porto Alegre: Sefaz, 2026a. Disponível em: <http://receitadados.fazenda.rs.gov.br/paineis/arrecadacao/>. Acesso em: 15 abr. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. **PIB RS trimestral.** Porto Alegre: SPGG/DEE, 2026b. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/pib-trimestral>. Acesso em: 15 abr. 2026.

SANTOS, C. H. M. dos; AMITRANO, C. R.; MORA Y ARAUJO, M. Visão Geral da Conjuntura. **Carta de Conjuntura** (IPEA), Brasília, D.F., n. 70, nota 26, 1.º trim. 2026. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2026/04/260409_cc_70_nota_26_visao_geral_da_conjuntura.pdf. Acesso em: 15 abr. 2026.

WORLD BANK. **Industrial Policy in the Digital Age.** East Asia and Pacific Economic Update, abr. 2026a. World Bank, Washington, D.C. Disponível em: <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/55ed8b04df8228fea1607a97b5561f73-0050012025/related/CMO-October-2025-Forecasts.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2026.

WORLD BANK. **Revisiting Industrial Policy: Strategic Options for Today.** Latin America and the Caribbean Economic Update, abr. 2026b. World Bank, Washington, DC. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/099040726171531340/pdf/P514911-9105323f-4772-4a73-a4a3-9eecb1b304e1.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2026.

WORLD BANK. **World Bank commodity price data.** Washington, D.C.: World Bank, abr. 2026c. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/research/commodity-markets>. Acesso em: 22 abr. 2026.

YAHOO FINANCE. **Brent Crude Oil Last Day Finance (BZ=F) Stock Price, News, Quote & History.** Yahoo Finance, 2026. Disponível em: <https://finance.yahoo.com/quote/BZ=F/>. Acesso em: 22 abr. 2026.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL